



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aperfeiçoamento, ajustamento e optimização das medidas de apoio económico, tendo em conta os problemas decorrentes da sua execução

O Governo da RAEM lançou, recentemente, o “Plano de apoio pecuniário para aliviar o impacto negativo da epidemia nos trabalhadores, profissionais liberais e operadores de estabelecimentos comerciais em 2022”, atribuindo apoio pecuniário aos trabalhadores, aos profissionais liberais e aos operadores de estabelecimentos comerciais, no sentido de aliviar as dificuldades económicas provocadas pela epidemia. O plano de apoio económico causou inicialmente muita controvérsia devido ao âmbito dos beneficiários, etc., no entanto, para os trabalhadores que ficaram desempregados ou com rendimentos bastante reduzidos durante o período da epidemia, e até para os estabelecimentos comerciais com dificuldades de exploração devido aos impactos da epidemia, o apoio económico é ainda uma “tábua de salvação” nestes tempos difíceis.

Recebi recentemente muitos pedidos de apoio de operadores de estabelecimentos comerciais, afirmando que, embora reúnam os requisitos para a atribuição do referido apoio, acabaram por não receber qualquer apoio por não terem apresentado no prazo legal, até 31 de Março, a declaração do imposto complementar de rendimentos junto da Direcção dos Serviços de Finanças, por motivos que incluem: atraso de um dia ou de alguns dias na apresentação da declaração, internamento hospitalar comprovado do empregador, demissão do trabalhador responsável pela declaração, entre outras situações que podem ser tratadas de forma discricionária.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Tendo em conta que o Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong, disse na Assembleia Legislativa que iria “ajudar, tanto quanto possível, aproveitar bem o mecanismo de queixas, e encontrar formas legais para ajudar quem precisa”, muitos estabelecimentos comerciais que não preenchem os requisitos para a obtenção do referido apoio apresentaram queixas à Direcção dos Serviços de Finanças, mas até à presente data não receberam qualquer resposta.

A apresentação da declaração dentro do prazo legal é da responsabilidade de todos os operadores de estabelecimentos comerciais. Nos últimos três anos da epidemia, muitas micro, pequenas e médias empresas persistiram na exploração das suas actividades e na defesa do ambiente de negócios de Macau, e conseguiram dificilmente sobreviver depois da última onda da epidemia. No entanto, encontram-se neste momento em apuros e não conseguem obter o respectivo apoio devido a pequenas falhas, o que constitui, sem dúvida, um grande choque para os estabelecimentos comerciais que operaram de forma árdua e com muitas dificuldades.

O Governo anunciou, há dias, novas medidas de apoio no valor de dez mil milhões de patacas, e vai injectar o subsídio, no montante de 8 mil patacas, do “Plano de subsídio de vida para aliviar o impacto negativo da epidemia nos residentes da RAEM em 2022” (“plano de subsídio de vida”), a partir do dia 28 de Outubro. O Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong, afirmou que aqueles que utilizaram totalmente, já com antecedência, o montante para desconto imediato de 3 mil patacas da terceira ronda do “plano de benefícios de consumo por meio electrónico contra a epidemia” poderão receber o subsídio de vida de 8 mil patacas no referido dia. No entanto, há que salientar que o pressuposto para receber as 8 mil patacas é



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

ter utilizado totalmente o montante para desconto imediato do plano de consumo electrónico e, para isso, os residentes têm de fazer um carregamento com dinheiro próprio – 4 mil patacas, na sua conta de pagamento móvel ou no seu cartão de consumo, e depois continuar a consumir, porque só assim é que o saldo de 1333 patacas, montante para desconto imediato, pode ser reduzido a “zero”; e mais, só depois de 2 dias úteis após a utilização total daquele montante é que vai haver injeção do referido subsídio de vida.

É de salientar que o “surto de 18 de Junho” colocou a economia de Macau no ponto mais baixo desde o retorno à Pátria. De acordo com os dados estatísticos oficiais, entre Junho e Agosto deste ano, a taxa de desemprego dos residentes locais atingiu 5,5 por cento e, devido ao surto, vários sectores foram obrigados a suspender as suas actividades; e muitos residentes depararam-se com os problemas de subemprego e de redução significativa dos seus rendimentos. Se o Governo exigir aos cidadãos o pagamento de 4 mil patacas do seu próprio bolso para satisfazer a utilização total do montante para desconto imediato, para poderem receber o subsídio de vida, caso contrário, só poderão receber o referido subsídio no dia 2 de Março do próximo ano (depois de terminar o plano de benefícios de consumo por meio electrónico contra a epidemia, no dia 28 de Fevereiro do próximo ano), seria então evidentemente uma situação de “a água que está longe não consegue combater o fogo que está perto”, e que contraria o objectivo da política de apoio económico, que é de “aliviar a pressão financeira na vida dos residentes causada pela epidemia”.

Recebi queixas de lojistas sobre o seguinte: o cartão de consumo funciona apenas com aparelhos da empresa “Macau Pass” e, para a substituição dos aparelhos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

danificados da empresa “Macau Pass”, têm, então, de lhe pagar uma despesa de reparação no montante de 6 mil patacas. Apesar de a empresa ter salientado que a respectiva despesa está discriminada no contrato, consultei ainda as informações do mercado e verifiquei que o preço de venda do mesmo aparelho é de apenas cerca de 3 mil patacas. Mais ainda, numa plataforma de *take-away* também se cobra uma despesa de reparação, mas de apenas 2500 patacas em relação ao aparelho inteiro, disponibilizando uma lista de preços para a reparação de cada uma das peças do aparelho, o que reflecte que as despesas com a reparação ou substituição dos aparelhos do cartão de consumo são muito mais elevadas do que as praticadas no mercado. Na minha opinião, o “plano de benefícios de consumo por meio electrónico contra a epidemia” e o “plano de subsídio de vida” são grandes políticas públicas para incentivar o consumo e apoiar as micro, pequenas e médias empresas, durante o período de epidemia, assim sendo, o Governo tem a responsabilidade de fiscalizar a razoabilidade das despesas de reparação e substituição de aparelhos das plataformas de pagamento móvel.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Muitos operadores de estabelecimentos comerciais queixaram-se de que não conseguiram preencher os requisitos para a concessão do apoio pecuniário, por não terem apresentado no prazo legal a declaração do imposto complementar de rendimentos à Direcção dos Serviços de Finanças. As autoridades devem esclarecer o número de operadores de estabelecimentos comerciais que não conseguiram satisfazer os requisitos para atribuição de apoio económico, pelas razões acima mencionadas. Vão fazê-lo? Quantas queixas receberam as autoridades em relação a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

esse assunto? A quantas responderam e qual é a taxa de sucesso dessas queixas? Quais foram as razões que levaram ao indeferimento das queixas? As autoridades devem proceder a estudos sobre a alteração do n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento Administrativo n.º 33/2022, isto é, deve-se recorrer à dedução, de forma adequada, de uma parte do montante do apoio pecuniário como multa para a situação de atraso na apresentação da declaração do imposto complementar de rendimentos, permitindo de forma discricionária, em tempos difíceis, que os operadores desses estabelecimentos obtenham apoio económico. Vão fazê-lo?

2. O Governo anunciou, há dias, uma das novas medidas de apoio no valor de dez mil milhões de patacas – plano de subsídio de vida de 8 mil patacas. No entanto, exige-se aos residentes o pagamento de 4 mil patacas do seu próprio bolso para satisfazer a utilização total, para “zero”, do montante para desconto imediato, para poderem receber o subsídio de vida, pois, caso contrário, terão que esperar até ao dia 2 de Março do próximo ano para receber o referido subsídio. As autoridades devem adoptar medidas mais flexíveis, por exemplo, permitir que os residentes, depois de gastarem 5 mil patacas do montante inicial do plano anterior, recebam, de imediato, o subsídio de vida de 8 mil patacas, com vista a aliviar as suas necessidades prementes. Vão fazê-lo?

3. Neste momento, cerca de metade dos residentes optou pelo cartão de consumo para gastar os subsídios concedidos pelo Governo, e os aparelhos próprios da empresa “Macau Pass” transformaram-se em produtos indispensáveis para as micro, pequenas e médias empresas, a fim de conseguirem mais negócios. Quanto à situação de a empresa “Macau Pass” cobrar aos lojistas elevadas despesas com a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

reparação dos aparelhos, as autoridades vão investigar o caso? As autoridades devem assumir bem as suas responsabilidades de fiscalização das plataformas de pagamento móvel, com vista a evitar que as plataformas cobrem, irracionalmente, aos lojistas, as despesas de reparação e de serviços, agravando ainda mais o ambiente de negócios das micro, pequenas e médias empresas. Vão fazê-lo?

14 de Outubro de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lam U Tou**